

# IMPOSTO DE SELO

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

## SÚMULA STF Nº 102

É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DO SELO PELA INCORPORAÇÃO DE RESERVAS, EM REAValiaÇÃO DE ATIVO, AINDA QUE REALIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 3519, DE 30/12/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

## SÚMULA STF Nº 103

É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DO SELO NA SIMPLES REAValiaÇÃO DE ATIVO, REALIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 3519, DE 30/12/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

## SÚMULA STF Nº 104

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DO SELO NA SIMPLES REAValiaÇÃO DE ATIVO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 3519, DE 30/12/1958.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

## SÚMULA STF Nº 106

É LEGÍTIMA A COBRANÇA DE SELO SOBRE REGISTRO DE AUTOMÓVEIS, NA CONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

## SÚMULA STF Nº 107

É INCONSTITUCIONAL O IMPOSTO DE SELO DE 3%, AD VALOREM, DO PARANÁ, QUANTO AOS PRODUTOS REMETIDOS PARA FORA DO ESTADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

## SÚMULA STF Nº 144

É INCONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DA TAXA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS SOBRE CONTRATO SUJEITO AO IMPOSTO FEDERAL DO SELO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

### **SÚMULA STF Nº 303**

**NÃO É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DE SELO EM CONTRATO FIRMADO COM AUTARQUIA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 5, DE 21/11/1961.**

**[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)**

### **SÚMULA STF Nº 468**

**APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 5, DE 21/11/1961, EM CONTRATO FIRMADO COM A UNIÃO, ESTADO, MUNICÍPIO OU AUTARQUIA, É DEVIDO O IMPOSTO FEDERAL DE SELO PELO CONTRATANTE NÃO PROTEGIDO PELA IMUNIDADE, AINDA QUE HAJA REPERCUSSÃO DO ÔNUS TRIBUTÁRIO SOBRE O PATRIMÔNIO DAQUELAS ENTIDADES.**

**[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)**

### **SÚMULA STF Nº 537**

**É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE IMPOSTO ESTADUAL DO SELO, QUANDO FEITA NOS ATOS E INSTRUMENTOS TRIBUTADOS OU REGULADOS POR LEI FEDERAL, RESSALVADO O DISPOSTO NO ART. 15, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946.**

**[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)**

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento  
Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)